

ATENÇÃO ONCOLÓGICA A HOMENS TRANS COM CÂNCER DE MAMA NO CONTEXTO DO SUS

João Vitor Dos Santos Nascimento¹; Mariane Alves da Silva²; Dominik Oliver Silva de Araújo³; Flavia Frade de Mello⁴; Juan Benito Pereira do Ó⁵; Geovanna Mendes Dutra⁶; Jonas César de Souza Lima⁷; Maria Betânia Ribeiro de Oliveira Cruz⁸; Naiara Cristina de Souza Garajau⁹; Susana de Sousa Araújo¹⁰

Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Maceió AL¹; Graduanda em Enfermagem pela Universidade Paulista - UNIP, Porto Velho RO²; Graduando em Enfermagem pela Faculdade Anhanguera - ANHANGUERA, Valparaíso GO³; Graduada em Odontologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Rio de Janeiro RJ⁴; Graduando em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, Texeira de Freitas BA⁵; Graduanda em Medicina pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, Texeira de Freitas BA⁶; Graduado em Serviço Social pela Universidade Paulista - UNIP; Graduanda em Enfermagem pela Universidade Norte Paraná - UNOPAR, Arapiraca AL⁹; Graduanda em Farmácia pela Faculdade Anhanguera - ANHANGUERA, Colinas MA¹⁰

joaovitor.nsantos18@gmail.com

Área Temática: Saúde Coletiva

RESUMO

Introdução: A atenção oncológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) é orientada pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade; entretanto, grupos historicamente marginalizados, como homens trans, ainda enfrentam importantes barreiras no acesso e na qualidade do cuidado. No contexto do câncer de mama, essas desigualdades são agravadas pela invisibilização das identidades transmasculinas, pela lógica cisnormativa dos serviços e pela escassez de diretrizes clínicas específicas, o que impacta negativamente o diagnóstico precoce, o tratamento e a continuidade do cuidado. **Objetivo:** analisar a atenção oncológica ofertada a homens trans com câncer de mama no contexto do SUS, discutindo os desafios assistenciais, normativos e profissionais envolvidos, bem como as possibilidades de fortalecimento do cuidado integral e equitativo. **Metodologia:** trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvido por meio de revisão de literatura. Foram analisadas produções científicas e documentos oficiais relacionados à saúde da população trans, oncologia, câncer de mama e políticas públicas de saúde, identificados em bases de dados nacionais e internacionais e em publicações institucionais do Ministério da Saúde. **Resultados e Discussão:** a literatura evidencia lacunas estruturais e normativas na atenção oncológica a homens trans, destacando o despreparo dos profissionais, a ausência de protocolos clínicos inclusivos, dificuldades no uso do nome social e barreiras institucionais que afastam essa população do rastreamento e do tratamento oncológico. Apesar da existência de políticas públicas voltadas à saúde da população trans, sua implementação na oncologia ainda é limitada, comprometendo a efetivação do cuidado integral. **Conclusão:** conclui-se que o fortalecimento da atenção oncológica a homens trans no SUS exige a atualização de diretrizes clínicas, investimentos em educação permanente em saúde e a consolidação de práticas multiprofissionais sensíveis às especificidades de gênero, de modo a promover um cuidado humanizado, equitativo e alinhado aos princípios do sistema público de saúde.

Palavras-chave: Atenção oncológica; Câncer de mama; Homens trans; Políticas públicas; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A atenção oncológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser orientada pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade, conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990 (Brasil, 1990). No entanto, determinados grupos populacionais historicamente marginalizados, como homens trans, ainda enfrentam barreiras significativas no acesso e na qualidade do cuidado em saúde, especialmente no contexto da oncologia. A invisibilização das identidades transmasculinas nos serviços de saúde contribui para lacunas assistenciais que impactam diretamente o diagnóstico, o tratamento e o prognóstico de agravos como o câncer de mama.

Embora o câncer de mama seja socialmente associado às mulheres cisgênero, homens trans que mantêm tecido mamário, seja por não terem realizado mastectomia masculinizadora ou por realizarem procedimentos parciais, permanecem suscetíveis ao desenvolvimento da doença (Landeiro; Santana; Vieira, s.d.). Além disso, o uso de terapias hormonais com testosterona, comum entre homens trans, levanta discussões clínicas relevantes sobre seus possíveis efeitos no tecido mamário e na apresentação clínica do câncer, ainda que a literatura sobre o tema seja incipiente e marcada por controvérsias (Abreu *et al.*, 2025).

Estudos apontam que pessoas trans enfrentam desafios estruturais nos serviços de saúde, como o despreparo dos profissionais, a ausência de protocolos específicos e o uso inadequado do nome social e da identidade de gênero, fatores que contribuem para o afastamento desses indivíduos da atenção preventiva e do rastreamento oncológico (Almeida *et al.*, 2024). No caso dos homens trans, essas dificuldades são potencializadas pela lógica cisnormativa que orienta grande parte das políticas e práticas em saúde, resultando em falhas no acolhimento e na continuidade do cuidado (Macedo, 2024).

No âmbito das políticas públicas, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o objetivo de promover a equidade no acesso e combater a discriminação institucional (Brasil, s.d.a). Complementarmente, o Programa de Atenção à Saúde da População Trans (PAES Pop Trans) busca organizar a rede de cuidados voltada às especificidades dessa população, incluindo o acesso a serviços especializados e ao processo transexualizador no SUS (Brasil, s.d.b). Apesar

desses avanços normativos, a implementação efetiva dessas políticas ainda se mostra desigual, sobretudo no campo da oncologia.

No que se refere especificamente ao câncer de mama, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) vigente no SUS apresenta diretrizes baseadas majoritariamente em evidências produzidas a partir de corpos cisgêneros, com escassa menção às vivências e necessidades de pessoas trans (Brasil, s.d.c). Essa lacuna normativa contribui para a insegurança clínica dos profissionais e para a inadequação das condutas terapêuticas, o que pode comprometer a integralidade do cuidado oferecido aos homens trans com câncer de mama.

A literatura recente evidencia que a população LGBTQIAPN+, incluindo homens trans, apresenta maior vulnerabilidade social e em saúde, decorrente de estigmatização, discriminação e exclusão histórica (Abreu *et al.*, 2025). No contexto oncológico, essas vulnerabilidades se expressam por meio do diagnóstico tardio, da baixa adesão ao tratamento e da dificuldade de acesso a serviços especializados. Ademais, aspectos relacionados aos direitos reprodutivos, à fertilidade e à autonomia corporal também devem ser considerados no planejamento do cuidado oncológico para homens trans, respeitando suas trajetórias de vida e projetos reprodutivos (Nascimento, 2023).

Nesse cenário, torna-se fundamental repensar os modelos de atenção oncológica no SUS, incorporando uma perspectiva de cuidado que reconheça a diversidade de identidades de gênero e promova práticas clínicas culturalmente competentes. Iniciativas como o desenvolvimento de instrumentos de cuidado farmacêutico e multiprofissional voltados à população trans representam avanços importantes, ao contribuírem para a qualificação da assistência e para a redução de iniquidades em saúde (Cardoso, 2025).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a atenção oncológica ofertada a homens trans com câncer de mama no contexto do Sistema Único de Saúde, discutindo os desafios assistenciais, normativos e profissionais envolvidos, bem como as possibilidades de fortalecimento de práticas de cuidado integral, equitativo e alinhado aos princípios do SUS e às políticas de saúde voltadas à população trans.

2 METODOLOGIA

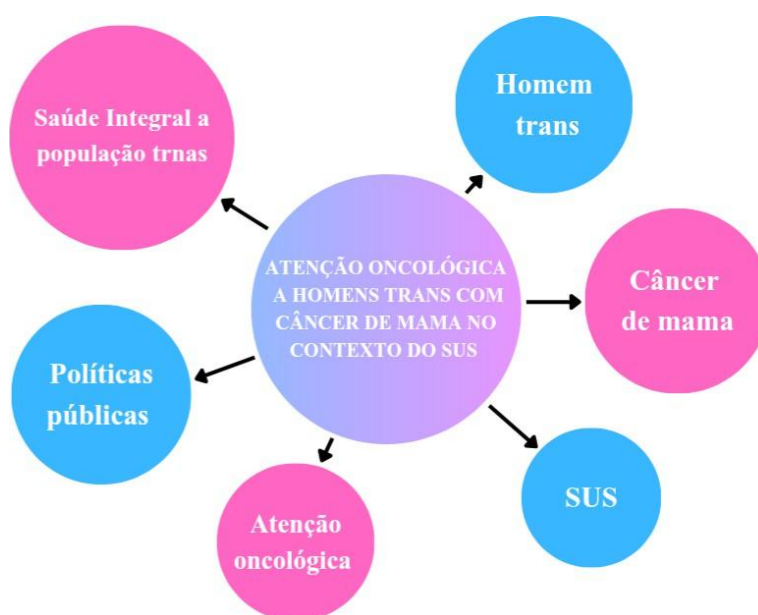
Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, desenvolvido por meio de uma revisão de literatura. A adoção desse

delineamento justifica-se pela necessidade de compreender de forma ampla e aprofundada os aspectos relacionados à atenção oncológica direcionada a homens trans com câncer de mama no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando dimensões assistenciais, normativas e sociopolíticas que permeiam o cuidado em saúde dessa população.

A revisão de literatura foi conduzida a partir da identificação, seleção e análise crítica de produções científicas e documentos oficiais que abordam a saúde da população trans, a oncologia, o câncer de mama e as políticas públicas de saúde no Brasil. Esse método possibilita a sistematização do conhecimento já produzido, bem como a identificação de lacunas existentes na literatura científica e nos marcos normativos relacionados à atenção oncológica de homens trans.

A busca dos estudos foi realizada em bases de dados científicas nacionais e internacionais, incluindo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PubMed e Google Scholar, além da consulta a documentos institucionais publicados pelo Ministério da Saúde. Foram utilizados descritores em português, combinados por meio de operadores booleanos, visando ampliar a sensibilidade da busca e garantir a abrangência temática dos materiais identificados.

Figura 1 – Descritores utilizados na estratégia de busca



Fonte: Autoria própria (2026)

Os critérios de inclusão adotados compreenderam: estudos publicados nos últimos anos que abordassem a atenção à saúde de homens trans ou pessoas transmasculinas; produções que discutissem o câncer de mama em populações trans ou LGBTQIAPN+; artigos científicos, revisões, trabalhos acadêmicos, livros, capítulos de livros e documentos oficiais relacionados ao SUS e às políticas públicas de saúde; publicações disponíveis na íntegra, nos idiomas português ou inglês; e materiais que apresentassem relação direta com o contexto da atenção oncológica ou da saúde integral da população trans.

Como critérios de exclusão, foram considerados estudos que abordassem exclusivamente mulheres cisgênero ou homens cisgênero, sem articulação com identidades trans; publicações duplicadas nas bases de dados; materiais que tratassem da população trans de forma genérica, sem vínculo com a temática oncológica ou com o câncer de mama; artigos de opinião, editoriais, resumos simples e produções sem rigor metodológico; bem como estudos indisponíveis na íntegra ou que não apresentassem coerência com o objetivo proposto.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os materiais selecionados foram submetidos inicialmente à leitura exploratória, seguida de leitura analítica e interpretativa. As informações extraídas foram organizadas em categorias temáticas, contemplando aspectos como acesso aos serviços de saúde, preparo dos profissionais, diretrizes clínicas, políticas públicas, barreiras institucionais e estratégias de cuidado integral no SUS.

Figura 2 – Fluxograma do processo metodológico de seleção e análise dos estudos



Fonte: Autoria própria (2026)

Por se tratar de um estudo baseado exclusivamente em dados secundários, oriundos de fontes públicas e científicas, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em

Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda assim, foram rigorosamente respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando a fidedignidade das informações, a adequada citação das fontes e o uso responsável dos dados analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada evidencia que a atenção oncológica direcionada a homens trans com câncer de mama no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) permanece marcada por lacunas estruturais, normativas e assistenciais. Os estudos analisados convergem ao apontar que, embora o SUS seja orientado pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade, ainda existem desafios significativos para a efetivação de um cuidado oncológico sensível às especificidades das vivências transmasculinas (Brasil, 1990).

Abreu *et al.* (2025) destacam que a população LGBTQ+ enfrenta barreiras persistentes no acesso aos serviços oncológicos, decorrentes da invisibilidade institucional, da fragilidade das políticas implementadas e da limitada produção científica sobre determinados subgrupos, como os homens trans com câncer de mama. Essa invisibilidade contribui para a baixa adesão às práticas de rastreamento e diagnóstico precoce, especialmente quando o câncer de mama permanece socialmente associado a corpos femininos cisgêneros.

Nesse sentido, Macedo (2024) evidencia que o rastreamento de cânceres sexualmente marcados, como os ginecológicos e mamários, constitui um desafio para homens trans, em razão da inadequação dos serviços, da ausência de fluxos assistenciais específicos e do constrangimento vivenciado nos espaços de cuidado. Tais fatores repercutem negativamente na busca por atendimento e no acompanhamento contínuo em saúde.

A organização dos serviços de saúde, conforme discutido por Almeida *et al.* (2024), ainda se baseia majoritariamente em uma lógica cisnormativa, refletida na falta de preparo das equipes oncológicas para o atendimento às pessoas transgênero. A revisão de escopo realizada pelos autores aponta insegurança profissional quanto às condutas clínicas, ao uso do nome social, à abordagem psicossocial e à compreensão dos impactos da hormonização nos protocolos oncológicos.

Embora o Brasil disponha de marcos normativos importantes, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, s.d.) e o Programa de Atenção à Saúde da População Trans (Brasil, s.d.), a literatura indica

que sua implementação no cotidiano da atenção oncológica ainda é incipiente. Essa fragilidade limita a operacionalização do cuidado integral e contribui para a manutenção das iniquidades em saúde.

Além disso, os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para o câncer de mama no SUS raramente contemplam orientações específicas para homens trans, o que, conforme apontam Landeiro, Santana e Vieira (s.d.), resulta em condutas terapêuticas pouco adaptadas às necessidades dessa população. A ausência de diretrizes inclusivas reforça a dependência da sensibilidade individual dos profissionais, gerando desigualdades no cuidado ofertado.

No campo das práticas assistenciais, Cardoso (2025) ressalta a importância do desenvolvimento de instrumentos de cuidado específicos para pessoas trans, especialmente no âmbito farmacêutico, como estratégia para qualificar a assistência, fortalecer o vínculo terapêutico e garantir maior segurança no tratamento oncológico. Tais iniciativas evidenciam o potencial da educação permanente e da atuação multiprofissional na redução das barreiras de acesso.

Por fim, Nascimento (2023) enfatiza que o cuidado em saúde de homens trans deve considerar não apenas os aspectos clínicos, mas também as dimensões sociais, identitárias e políticas que atravessam suas trajetórias no sistema de saúde. A articulação entre políticas públicas, formação profissional e reconhecimento das transvivências mostra-se fundamental para o fortalecimento de uma atenção oncológica verdadeiramente integral, equitativa e humanizada no SUS.

Quadro 1 – Principais desafios e estratégias para a atenção oncológica a homens trans no SUS

Eixo temático	Principais desafios identificados	Estratégias apontadas na literatura
Acesso aos serviços	Invisibilidade, discriminação institucional, diagnóstico tardio	Uso do nome social, acolhimento humanizado
Formação profissional	Despreparo e insegurança clínica	Educação permanente em saúde
Diretrizes clínicas	Ausência de protocolos específicos	Atualização dos PCDT

Cuidado integral	Fragmentação da assistência	Atuação multiprofissional
Políticas públicas	Implementação limitada	Fortalecimento da equidade no SUS

A síntese dos resultados evidencia que, embora o SUS possua bases normativas que reconhecem a diversidade de gênero, a atenção oncológica a homens trans com câncer de mama ainda demanda avanços significativos para a efetivação do cuidado integral, equitativo e humanizado.

4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a atenção oncológica destinada a homens trans com câncer de mama no contexto do Sistema Único de Saúde ainda se encontra permeada por desafios estruturais, assistenciais e normativos. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas à saúde da população trans, persistem lacunas significativas na organização dos serviços, na capacitação dos profissionais de saúde e na incorporação efetiva do princípio da equidade no cuidado oncológico. Esses fatores contribuem para a manutenção de iniquidades no acesso, no diagnóstico precoce e na continuidade do tratamento dessa população.

Os resultados demonstraram que a invisibilização das identidades transmasculinas nos protocolos clínicos e nas práticas assistenciais impacta diretamente a qualidade do cuidado ofertado. A ausência de diretrizes específicas para homens trans com câncer de mama, aliada à lógica cisnormativa que ainda orienta os serviços de oncologia, dificulta a construção de abordagens clínicas sensíveis às necessidades físicas, psicossociais e identitárias desses usuários. Nesse sentido, torna-se imprescindível a revisão e atualização dos instrumentos normativos do SUS, de modo a contemplar a diversidade de corpos e trajetórias de gênero.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à formação e à atuação dos profissionais de saúde. A insuficiência de conteúdos relacionados à saúde da população trans nos processos de formação inicial e na educação permanente limita a capacidade dos serviços em oferecer um cuidado integral, humanizado e livre de discriminação. O fortalecimento de práticas multiprofissionais, baseadas na escuta qualificada, no respeito à identidade de gênero e na

articulação entre diferentes pontos da rede de atenção, mostra-se fundamental para a efetivação da atenção oncológica equitativa no SUS.

Diante das lacunas evidenciadas, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que investiguem as experiências de homens trans diagnosticados com câncer de mama no SUS, a partir de abordagens qualitativas ou mistas. Estudos que deem voz a esses sujeitos podem contribuir de forma significativa para a construção de protocolos clínicos mais inclusivos, para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento de práticas assistenciais comprometidas com os princípios da integralidade, da equidade e da justiça social em saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Thiago Ferreira *et al.* Câncer na comunidade LGBTQ+: uma revisão de escopo e análise de manejos, prevalência e desafios. *Diversidade e Educação*, v. 13, n. 1, p. 1192-1213, 2025.

ALMEIDA, Fernanda Fachetti Xavier *et al.* Avaliação do conhecimento em oncologia acerca do atendimento às pessoas transgênero: revisão de escopo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 77, e20230532, 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTQIAPN+). Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Atenção à Saúde da População Trans (PAES Pop Trans). Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT): câncer de mama. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.].

CARDOSO, Damaris Santana. Instrumento de cuidado farmacêutico para pessoas trans: desenvolvimento e validação. 2025. Trabalho acadêmico (título não especificado) – Instituição não informada, 2025.

LANDEIRO, Luciana Castro Garcia; SANTANA, Thaiana Aragão; VIEIRA, Abna. O tratamento do paciente transgênero com câncer de mama. In: *Câncer de mama*. p. 221.

MACEDO, Thamyres Vianna de. Desafios encontrados no rastreio do câncer do colo do útero em homens transgêneros. 2024. Trabalho acadêmico (título não especificado) – Instituição não informada, 2024.

NASCIMENTO, R. Direitos reprodutivos e acesso à reprodução assistida para pessoas transmasculinas e homens trans no Brasil: políticas públicas, perspectiva médica e transvivências. 2023. Trabalho acadêmico – Instituição não informada, 2023.